

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSB

003 / 2007

GTMN / ABRAGE

**LOCAL:** Belém no Pará

**DATA:** 01/06/2007

Participantes	Empresa
Alexandre Duarte B. Aires	CEMIG
Eliana Campos de Figueiredo Vieira	CEMIG
Teresa Cristina Fusaro	CEMIG
Gilson Machado da Luz	ELETRONORTE
Júlio Cesar Pínfari	CESP (Coordenador)
Edvaldo Fábio Carneiro	CESP
Euclides Cestari Júnior	CESP
Jorge Mussi	Brascan Energética (convidado)
Lúcia Wilhelm Veras de Miranda	CEEE
Ricardo José Barbosa de Souza	CHESF
José Marcelo Alves Monteiro	CHESF
Miguel Moisés Elias	COPEL
Pedro Nunes Pereira	DUKE ENERGY
Ademar Sérgio Fiorini	ITAIPU (Convidado)
Armando José da Silva Neto	LIGHT
Paulo Victor Braun	EMAE
Carlos René Nunes Galvão Barreto	EMAE

### ASSUNTOS TRATADOS:

#### 1 ABERTURA

O Eng. Júlio Cesar Pínfari, coordenador do CSB, abriu a reunião, agradecendo a participação de todos e a colaboração da Eletronorte (eng<sup>o</sup> Gilson) no apoio para a realização da reunião.

#### 2. ASSUNTOS TRATADOS

## **2.1. Próxima Reunião**

Ficou acordado com os agentes, que a próxima reunião do CSB (última do ano), ocorrerá, preferencialmente no mês de Outubro de 2007, preferencialmente, em Porto Alegre, sede da CEEE, sendo que a data será definida entre a coordenação e o representante da CEEE até o dia 15/08/2007.

## **2.2. Projeto de lei 436/2007**

Foi apresentado aos agentes, o andamento do projeto de lei nº 436/2007, que trata sobre seguro de barragens, lembrando aos presentes que a ABRAGE, encaminhou a Câmara dos Deputados, sugestão de alteração de texto, excluindo o Setor Elétrico, o que foi aceito pela Comissão que analisa o projeto.

Isto posto, permanecemos acompanhando seu tramite na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, o engº Gilson da Eletronorte, informou aos presentes que sua empresa, possui uma assessoria parlamentar em Brasília, e que ele tem apoiado esse profissional nas questões de interesse de sua empresa (aspectos que envolvem barragens), assuntos na maioria das vezes, de interesse de todo o Setor Elétrico.

Sugeri que ABRAGE, avaliasse a possibilidade de se aproximar dessa assessoria, visando unirmos forças, em assuntos de nosso interesse.

A coordenação do CSB, ficou de encaminhar esse assunto, junto ao GTMN/ABRAGE, com a maior brevidade possível.

Ainda dentro da questão que trata sobre seguro para barragens, a Light Energia, através do engº Armando, comentou sobre, a necessidade de estarmos preparados, face a estrutura profissional existente nas seguradoras, de forma a respondermos os questionamentos, visando a apuração das causas dos sinistros.

Comentou sobre o tipo de seguro existente na Light , informando que sua empresa possui seguro para as barragens.

A Cesp, comentou o tipo de seguro adotado pela Companhia, basicamente com relação a problemas com terceiros, não estando asseguradas as estruturas.

Demais participantes não explicitaram o tipo de seguro que suas empresas praticam, ficando a sensação, que nem todos as empresas que fazem parte do Comitê, possuem seguro das barragens.

## **2.3. Projeto de lei n.º 1181/2003**

A coordenação lembrou o andamento do projeto na Câmara dos Deputados, atualmente, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sendo que foi encaminhado ao relator (Arnaldo Jardim) pela ABRAGE, novas sugestões, com base em manifestações dos agentes.

Esse conjunto de sugestões, foram sintetizadas e enviadas aos agentes pela coordenação.

Após varias manifestações dos agentes, ficou acordado que o CSB/GTMN/ABRAGE, **permanecerá acompanhando o trâmite do projeto de lei, não mais interferindo na redação atual do mesmo, só vindo a fazê-lo, em caso de alteração do atual texto.**

É entendimento do Comitê, que aprovado o projeto, com a redação atual, as maioria das empresas geradoras, estarão aptas a atender o que determina o mesmo, com pequenas alterações e ajustes de procedimentos.

A COPEL, através do eng<sup>o</sup> Miguel, reiterou as preocupações com os custos envolvidos, nesses ajustes de procedimentos, sendo que o grupo ponderou, que existirão custos, porém, sem condição de serem avaliados nesse momento.

Outra questão colocada pela coordenação, refere-se a aproximação da ANEEL, nesse momento, para tratar sobre o projeto de lei, em questão.

O Comitê, entende que devemos aguardar a evolução do tramite na Câmara dos Deputados, para após acertarmos o contato com a ANEEL, com a interferência do GTMN/ABRAGE.

## **2.4 Colóquios de inspeção e conservação de barragens**

A Itaipú Binacional, através do eng<sup>o</sup> Fiorini, informou aos participantes, sobre os encontros (colóquios), que eram realizados no passado e foram reativados em 2006, permitindo que as empresas, representadas por funcionários que executam inspeções e conservação de barragens, troquem experiências, dentro de um fórum informal e específico, reiterando aos presentes, que participem desses encontros. Esclareceu que esses colóquios são voltados mais ao aspecto operacional relacionado à segurança de barragens, e que são eventos previstos para ocorrer com frequência anual, a princípio entre representantes das empresas estatais de geração (federais e estaduais), mas que está aberto à participação de representantes das demais empresas da ABRAGE (nos próximos eventos serão convidadas também AES, CDSA, Duke, Light, Tractebel).

## **2.5. Plano de Ações de Emergência**

Dando prosseguimento, as discussões, sobre elaboração e implementação de Plano de Ações de Emergência para Usinas, assunto que necessita de uma uniformização de procedimentos entre as geradoras, convidamos o eng<sup>o</sup> Jorge Mussi, Brascan Energética, para apresentar a implantação do PAE na Usina Dona Francisca (RS) da DFESA.

A apresentação, mostrou os cuidados e os mecanismos utilizados na divulgação do PAE, para as prefeituras e comunidades existentes no entorno da Usina, deixando registrado, a importância da participação da Defesa Civil, nesse processo.

Segundo o eng. Mussi, a estratégia adotada foi designar como Plano de Prevenção de Cheias em vez do Plano de Ação Emergencial, e informar aos representantes da Defesa Civil como a DFESA poderia ajudar com informações sobre cheias (inclusive em caso de ruptura), e que ações deveriam ser tomadas.

Às Prefeituras Municipais, Defesa Civil e Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, foram entregues documentos concisos sobre o PAE, porém todas entidades envolvidas, possuem esses documentos, conhecem suas responsabilidades e são anualmente, “lembradas”, sobre o plano.

Segundo o Eng<sup>o</sup> Jorge Mussi, não ocorreram muitos questionamentos pelos órgãos e prefeituras, durante e após a divulgação do plano, onde foram informados os riscos da Usina, de forma, que não ocorresse nenhum tipo de desconforto aos envolvidos.

### **3. CONCLUSÕES**

Definido pelo grupo, o término das discussões da redação do projeto de lei 1181/2003, ficando a cargo da coordenação as informações do tramite do projeto na Câmara dos Deputados, bem como a necessidade de voltarmos a discuti-lo no âmbito do Comitê.

Com relação as discussões do PAE, pretende-se na próxima reunião, discutir esse assunto, utilizando como base, as recomendações do Ministério da Integração Nacional, após trabalho preparado pela Cesp/Cemig/Duke, tendo como horizonte a finalização desse assunto, com a maior brevidade possível.